

MONTEMOR-O-NOVO - LUGAR DE MEMÓRIA REPRESSÃO E RESISTÊNCIA. DOS FINAIS DA IDADE MÉDIA À REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL DE 1974

Teresa Fonseca.

Doutora em História das Ideias Políticas



Panorâmica geral da cidade de Montemor-o-Novo. “Foto do Arquivo do Gabinete de Documentação e Informação da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo”

A estrutura socioeconómica de base latifundista determinou, ao longo dos séculos, a vida desta comunidade alentejana, pautada pela tensão permanente entre os senhores da terra e do poder político-administrativo e o povo trabalhador. Se em períodos mais ou menos prolongados essa conflitualidade permanecia aparentemente adormecida, por vezes emergia de forma inesperada, despoletada por eventos políticos ou crises económicas graves, que apenas atuavam como propulsores de sentimentos de injustiça e de revolta há muito acumulados.

Até ao século XIX, os testemunhos escritos provêm quase exclusivamente dos servidores da administração pública, que inconscientemente ou de forma deliberada, omitiam os eventos protagonizados pelos grupos sociais dominados, no primeiro caso por desinteresse e no segundo pelo dever de esconder tudo quanto afetasse a imagem da ordem estabelecida e dos seus detentores. Todavia, é mesmo assim possível vislumbrar nas entrelinhas alguns exemplos significativos do comportamento popular.

1. DOS FINAIS DA IDADE MÉDIA AO TERMO DO ANTIGO REGIME

O exemplo mais remoto até hoje conhecido insere-se no contexto da crise dinástica de 1383-1385. À morte do rei D. Fernando, a sua única filha, D. Beatriz, encontrava-se casada com o rei de Castela D. João I, uma situação bastante arriscada para a independência nacional. As ordens sociais privilegiadas, incluindo os alcaides dos castelos, colocaram-se maioritariamente ao lado de Castela, por razões económicas e por uma questão de fidelidade senhorial. Pelo contrário, o povo, seguindo o exemplo da plebe lisboeta, seguiu o popular D. João Mestre de Avis, irmão bastardo do rei D. Pedro, que viria, a partir de 1385, a inaugurar a dinastia de Avis.

Quando o mensageiro do Mestre, que acompanhava D. Nuno Álvares Pereira ao encontro das tropas castelhanas, passou por Montemor-o-Novo a angariar apoiantes para a causa nacional, foi aclamado na vila extramuros, onde vivia a plebe, uma parte da qual o seguiu, batendo-se nos Atoleiros contra o exército castelhano¹. Para os montemorenses (e muitos outros alentejanos) apoiar o Mestre de Avis era, mais do que lutar contra Castela, enfrentar a grande nobreza e o alto clero portugueses e uma parte significativa dos alcaides e da pequena aristocracia que pontificava na administração local, enfim, todos aqueles que sentiam como seus opressores e de quem tinham agora uma oportunidade histórica de desforra.

Em 1580, numa situação semelhante embora com desfecho contrário, os montemorenses tentaram, pelas mesmas razões, conter o avanço das tropas do Duque de Alba em direção a Lisboa, comandados por dois apoiantes do igualmente popular D. António, Prior do Crato².

(1) Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*. Porto: Civilização, 1983. Vol I. Cap. CLXII, p. 348. Maria Helena da Cruz COELHO, *D. João I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 46.

(2) Biblioteca Nacional de Portugal. *Reservados*. Códice 8570.

Por vezes, a dimensão das insurreições impediu o seu apagamento histórico, como sucedeu com o motim da fome de 1631. Devido à grave escassez frumentária que nesse ano atingiu a Europa com repercussões em Portugal, o povo miúdo de Montemor, dirigido pelos procuradores do povo, revoltou-se contra dois vereadores da Câmara, quando estes procediam à repartição do trigo. Os amotinados, por discordarem do preço de venda do cereal ou da quantidade distribuída, ou ainda do modo como era efetuada a repartição, insultaram os elementos do governo local, ameaçando-os de agressão e de morte, servindo-se de armas, pedras e até cadeiras³.

Em 1637, eclodiu em Évora a chamada «Revolta do Manuelinho» contra o agravamento fiscal imposto pelo governo de Madrid, que de imediato alastrou a todo o reino. Montemor, mais uma vez dirigida pelos procuradores do povo, foi a primeira povoação a seguir o intrépido exemplo da capital alentejana⁴.

Em 1670, uma postura camarária proibia os assalariados rurais da vila, cujo local de contratação era a Praça Velha⁵, de comparecerem à Porta do Sol⁶ ou no Rossio, onde eram recrutados os trabalhadores deslocados do Norte e Centro do país na altura das ceifas. Com esta medida, a edilidade, refletindo os interesses dos grandes lavradores, procurava obstar a uma prática na época já recorrente: as tentativas dos montemorenses de acordar com os de fora o montante da jorna a exigir no momento da contratação, pois os valores mais baixos pagos a estes retirava força reivindicativa aos da vila⁷.

Durante a primeira invasão francesa, os montemorenses enfrentaram audaciosamente um exército de milhares de homens, incluindo centenas de soldados a cavalo e muita artilharia, que após ter assolado as imediações saqueou a vila, na funesta noite de 27 para 28 de julho de 1808, matando um número indeterminado de pessoas, incluindo alguns clérigos, que de armas na mão combateram ao lado do povo. Desconhecem-se relatos detalhados deste assalto. Mas não é difícil imaginar o seu ímpeto e crueldade, a avaliar pelo sucedi-

(3) Jorge FONSECA, Um motim de fome em Montemor-o-Novo em 1631. In *Almensor*. Nº 13. 1995-1996. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal, p. 109-112.

(4) Jorge FONSECA, Elementos sobre a revolta popular de 1637 em Montemor-o-Novo. In *Almensor*. Nº 3. 1985. Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, p. 85-99.

(5) Atual praça Cândido dos Reis.

(6) Atual largo General Humberto Delgado.

(7) Jorge FONSECA, Uma Vila Alentejana no Antigo Regime – aspetos socioeconómicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII. In *Almensor*. Nº 4. 1986. Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, p. 170-171 (119-207).

do em outras localidades, incluindo, a partir da manhã seguinte, na cidade de Évora, onde o saque e a violência se prolongaram por três dias⁸.

Durante todo o regime miguelista, incluindo os anos da guerra civil entre liberais e absolutistas (1832-1834), a câmara de Montemor-o-Novo manteve-se fiel a D. Miguel. Mas em 1833 proibiu a realização da tradicional feira de Nossa Senhora da Luz, no início de setembro, «em virtude de se evitarem reuniões do Povo que podem ser tão prejudiciais na recente época», decidindo transferi-la «para ocasião em que as circunstâncias e o sossego o permitam»⁹. O impedimento da realização de um evento tão importante do ponto de vista social, económico e religioso, ao qual afluíam visitantes de todo o concelho e de municípios envolventes, denota o receio da concentração dos populares, maioritariamente simpatizantes da causa liberal, se mais não fosse por oposição às preferências dos grupos dominantes.

2. DURANTE A MONARQUIA CONSTITUCIONAL (1834-1910)



Edifício dos Paços do Concelho, junto ao qual se realizaram, desde a primeira metade do século XIX, numerosas reivindicações.
“Foto do Arquivo do Gabinete de Documentação e Informação da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo”

(8) J. J. Teixeira BOTELHO, *História Popular da Guerra da Península*. Porto: Livraria Char-dron, 1915, p. 124-126. José Acúrsio das NEVES, *História geral da invasão dos Franceses em Portugal e da restauração deste reino*. In *Obras completas de José Acúrsio das Neves*. Vol. II. Tomo IV, p. 126-129.

(9) Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo (doravante AHMMN). Câmara de Montemor-o-Novo (doravante CMN). A1 B146. *Vereações. 1828-1833*. Ata de 24-8-1833, f. 194 v.

A situação socioeconómica do povo não melhorou com a consolidação da monarquia constitucional. A complexidade administrativa do novo regime exigia um maior número de funcionários públicos capazes de desempenhar as crescentes funções burocráticas. No entanto, a extinção das sisas gerais, cujos excedentes tinham até então representado uma boa ajuda ao equilíbrio das contas dos municípios, tinham-nos conduzido, a partir de 1834, a uma situação «de quase asfixia financeira»¹⁰, precisamente quando mais necessitavam de dinheiro. Para superarem tais dificuldades, os municípios podiam estabelecer derramas. E se estas anteriormente eram aplicadas apenas em situações excepcionais, passaram a ser uma constante, agravando ainda mais a situação dos grupos com menores rendimentos. Por isso, a eleição de dois cidadãos por freguesia para aplicarem estes tributos passou, em todo o concelho, a ser alvo de um boicote generalizado. Em 1838, o administrador geral do distrito de Évora estranhou à Câmara o facto de nenhuma das freguesias de Montemor ter realizado tal eleição. No seu ponto de vista, era «bem pouco de esperar (...) que num concelho da importância desse se manifestasse um desleixo tão censurável em objeto de tal gravidade». Comunicou o sucedido ao governo central. O Secretário de Estado dos Negócios do Reino mandou repetir a eleição. E no caso de esta também não se realizar, deviam ser convocados os louvados do ano anterior, para lançarem a dita contribuição¹¹. No entanto, os montemorenses não se deixaram intimidar. A 15 de março desse ano «mais de quarenta pessoas (...) proprietários de vinhas e cultivadores de fazendas» provocaram «um tumulto nas casas da câmara». Com «vozearias e expressões descomedidas e ameaçadoras insultaram» as autoridades «e protestaram não pagar o tributo que lhes foi lançado»¹².

(10) César OLIVEIRA, Os municípios no liberalismo monárquico constitucional. In César OLIVEIRA (Dir.), *História dos municípios e do poder local. Dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 219 (179-241).

(11) AHMMN / CMN. A4 C6-1. *Correspondência recebida. 1838*. Ofícios de 27-1-1838 e de 1-2-1838, do substituto do administrador geral do distrito de Évora para a câmara de Montemor-o-Novo.

(12) *Ibidem*. Ofício de 25-3-1838, dirigido pelo administrador do concelho à câmara de Montemor-o-Novo-

Os participantes neste protesto seriam na realidade muitos mais do que os indicados pelo administrador do concelho, pois um número diminuto de pouco acima de 40 manifestantes nunca se atreveria a proferir insultos e ameaças em frente aos Paços do Concelho, podendo ser rapidamente disperso pela Guarda Nacional.

Apesar das alterações introduzidas na estrutura da propriedade fundiária pelas reformas liberais, os trabalhadores agrícolas continuaram confinados ao ritmo de vida dos seus ancestrais. Ocupados na época alta dos trabalhos agrícolas (ceifa, gadanha dos pastos, tiragem da cortiça, carvoarias e apanha da azeitona) recorriam, no resto do ano, à mendicidade e ao roubo, como meios de subsistência. Por isso, os furtos de comida, lenha e animais domésticos possuíam um carácter sazonal, correspondentes precisamente às crises de trabalho no campo¹³.

Um meio de pressão económica já antigo, o fogo posto nas searas, transformou-se gradualmente, de forma de violência gratuita em arma de luta, ao ser utilizado como ameaça mais ou menos explícita nos acordos salariais¹⁴.

A partir da segunda metade do século XIX, em consequência da progressiva mecanização da agricultura, foi iniciada nova forma de resistência que se prolongaria, incluindo em Montemor, até à década de 60 do século XX: a sabotagem das máquinas agrícolas, cada uma das quais fazia o trabalho de dezenas de pessoas¹⁵. A mecanização agravou o desemprego, forçando numerosas famílias à deslocação para as zonas industriais de Lisboa e Setúbal ou à emigração, inicialmente para o Brasil e depois para França e outros países europeus.

3. DURANTE A I REPÚBLICA (1910-1926)

A tensão ancestral entre grandes proprietários e trabalhadores agrícolas agudizou-se com a implantação da República, em virtude da desconfiança dos primeiros e das esperanças dos segundos relativamente ao novo regime. Nos dias imediatos à revolução de 5 de Outubro, os moradores da freguesia de Lavre, pertencente ao concelho de Montemor, confiantes na solidariedade

(13) José Pacheco PEREIRA, As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve. *Análise Social*. Nº 61/62. 2ª Série. Vol. XVI. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, 1980, p. 150 e 152 (135-156).

(14) José Pacheco PEREIRA, As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos ..., p. 150.

(15) *Ibidem*. P. 150. Jorge FONSECA, Teresa FONSECA, *Fascismo e antifascismo* ..., p. 24.

ou pelo menos na neutralidade dos novos detentores do poder local, cometeram «uns abusos de invasão de propriedade». A primeira equipa camarária republicana, na sessão da tomada de posse, lamentou o ato. Mas desculpou-o com a atitude de desprezo dos latifundiários para com os trabalhadores. O presidente interino, o médico e futuro deputado João Luís Ricardo, explicou que o povo, a quem os patrões chamavam «canalha», «era tão mal avaliado pelos monárquicos, que alguns» destes «lhe pediram proteção para a sua vida e haveres»¹⁶, receosos de que a revolução gerasse atos de vingança.

Nessa mesma tarde, a comissão administrativa recém-empossada deslocou-se a Lavre. Foi acolhida com «entusiasmo» e aparentemente conseguiu repor a legalidade e acalmar os ânimos¹⁷. Este evento, ainda que registado de forma indireta e imprecisa e aparentemente de duração efémera, representa um contributo para o fenómeno, ainda mal conhecido, da ocupação de herdades durante a I República, cujo ponto culminante foi a ocupação coletiva das terras do Vale de Santiago, em Odemira¹⁸. E antecedeu uma iniciativa similar, ocorrida em janeiro de 1912, em Vera Cruz, concelho de Portel¹⁹.

A mudança de regime aproximou, numa primeira fase, as novas autoridades locais dos operários agrícolas, mas originou uma contrariedade: a recusa do patronato, maioritariamente monárquico, em empregar trabalhadores. A 11 de dezembro de 1910, «um grupo de cerca de cem» pessoas dirigiu-se à câmara, a reclamar contra o seu despedimento, embora houvesse nas herdades tarefas por concluir. A vereação convocou os lavradores do concelho para uma reunião no dia seguinte, mas apenas compareceram seis. Os homens foram distribuídos entre a edilidade e os seis empregadores presentes, ficando deste modo «debelada a crise». Os dirigentes camarários aprovaram um voto de louvor aos agricultores que colaboraram nesta ação, lamentaram a ausência da maioria e acusaram os autores dos despedimentos de terem «provocado a crise para levantarem dificuldades à República»²⁰.

(16) AHMMN / CMN. A1 B179. *Vereações. 1910-1911*. Ata da sessão da tomada de posse da Comissão Administrativa Municipal Republicana de 10-5-1910, f. 4.

(17) *Ibidem*. Ata de 17-10-1910, f. 11.

(18) Francisco Canais ROCHA e Maria Rosalina LABAREDES, *Os trabalhadores rurais do Alentejo e o sidonismo. Ocupação de terras no Vale de Santiago*. Lisboa: Um de Outubro. 1982, p. 65-81.

(19) *Ibidem*, p. 47-49.

(20) AHMMN / CMN. A1 B179. *Vereações. 1910-1911*. Ata de 12-12-1910, f. 62v.-63.

Nos anos subsequentes a «crise de trabalho» continuou a ser alvo recorrente de debate nas reuniões camarárias. Com o intuito de a «debelar» ou de lhe «acudir», tomavam-se diversas iniciativas: conservar ruas, estradas e caminhos em todo o concelho; reparar edifícios públicos; ou aformosear largos e jardins. Contudo, as obras camarárias eram insuficientes para absorver toda a mão-de-obra desocupada. Por isso, o tradicional recurso aos furtos continuou a ser muito frequente no concelho²¹.

Os trabalhadores do campo despertaram mais tardiamente para a defesa organizada dos seus interesses socioprofissionais que os do meio urbano²². A primeira associação de classe de trabalhadores rurais surgiria em Beja, apenas em 1901 e foi só após a implantação da República que o movimento se generalizou. No concelho de Montemor, em 1910, constituiu-se a Associação dos Trabalhadores Rurais de Vendas Novas. Em janeiro de 1912, encontrava-se em atividade a Associação dos Trabalhadores Rurais do Escoural, provavelmente formada no ano anterior. Também em 1912, a Associação dos Trabalhadores Rurais de Montemor-o-Novo, sedeadada nesta vila, possuía um dinamismo indiciador de alguma experiência. E em 1913 existia mais uma Associação dos Trabalhadores Rurais de Cabrela, mas desconhecemos a data da sua criação²³.

Devido ao contágio do movimento nacional de contestação, no início de junho de 1911 eclodiu, por todo o distrito de Évora, uma greve de operários agrícolas, pela exigência de salários mais altos e melhores condições de trabalho. Como era então comum, os operários da indústria e os empregados de comércio associaram-se ao movimento, numa atitude de solidariedade. No dia 3, a greve alastrou à freguesia montemorense do Escoural²⁴.

(21) José Pacheco PEREIRA, *As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos*. P. 146-147.

(22) Estes, com particular incidência em Lisboa e Porto mas também um pouco por todo o país, formaram, ao longo da segunda metade do século XIX, centenas de associações laborais, com características específicas e finalidades variadas, fenómeno que prosseguiu no século XX. Veja-se Costa GOODOLPHIM, *A Associação*. Lisboa: Seara Nova. 1964, p. 93-196 e 203.

(23) Teresa FONSECA, *O impacto da Grande Guerra em Montemor-o-Novo*. In Jorge FONSECA, Teresa FONSECA (Coord.), *Cinco olhares sobre a República*. Lisboa: Colibri/Município de Montemor-o-Novo. 2013, p. 158-159 (113-176).

(24) *O Meridional*. Montemor-o-Novo. N.º 1039, de 4-6-1911, p. 2.

No domingo, dia 4, os contestatários reuniram-se em Montemor, na sede da Associação Operária. Após alguma discussão, decidiram «mandar delegados a vários pontos do concelho, convidando e aliciando para o comício e a greve geral» marcados para o dia seguinte. Em resultado desta mobilização, na segunda-feira «algumas centenas» de manifestantes concentraram-se nas casas da Câmara e no largo do Município. Cinco republicanos prestigiados tentaram, debalde, demonstrar a impossibilidade da aplicação, em Montemor, das tabelas salariais reivindicadas pelos colegas eborenses e aceites pelos lavradores daquele concelho, cujo poder económico era bastante superior ao dos seus pares montemorenses²⁵. Mas os trabalhadores mantiveram-se intransigentes, animados pelo êxito obtido em Arraiolos e em Viana do Alentejo, onde, devido à urgência das ceifas e de outros trabalhos agrícolas, os lavradores tinham aceitado pagar pela tabela eborense²⁶.

Aparentemente, as reivindicações dos trabalhadores foram aceites, do que resultou uma acalmia, apenas temporária. Com efeito, em outubro do mesmo ano eclodia novo conflito laboral, pela recusa dos agricultores, já menos necessitados de mão-de-obra, em cumprir os salários previamente acordados²⁷. Em face da tradicional «crise de trabalho», a edilidade distribuiu um grupo de desempregados por alguns proprietários, com os quais acordara o pagamento de 360 reis diários. Porém, os operários recusaram-se a trabalhar por menos do que os 400 reis estabelecidos em junho²⁸, evidenciando a persistência de um movimento reivindicativo organizado, que vai também endurecendo a luta. A 8 de dezembro, no Escoural, um grupo de rurais invadiu as terras de um grande proprietário da freguesia. Armados «de foices, paus e outros objetos», escorraçaram «o rancho de fora do concelho, do Norte, que quase todos os lavradores, como é antigo uso», tinham mandado vir nesse ano, fazendo concorrência aos da terra, por se sujeitarem a diárias inferiores²⁹.

(25) Essas personalidades eram: o dr. Francisco de Sousa Romeiras, administrador do concelho; o médico Alexandre Guerra; os recém-eleitos deputados João Luís Ricardo e Albino Pimenta de Aguiar; e o veterinário Tiago Ricardo, irmão do médico-deputado João Ricardo. *O Meridional*. Nº 1040, de 11-6-1911.

(26) *Ibidem*.

(27) *O Meridional*. Nº 1060, de 29-10-1911.

(28) *O Meridional*. Nº 1063, de 19-11-1911.

(29) *O Meridional*. Nº 1066, de 10-12-1911.

Nos dias seguintes, a mesma exigência salarial provocava greves em S. Gens e Santo Aleixo, aldeias do termo montemorense. Em Lavre, um lavrador contratara um rancho de homens para o varejo da azeitona, alegadamente pela jorna de 360 reis. Mas no dia do pagamento os trabalhadores exigiram-lhe os 400 reis, sob ameaça de lhe ocuparem a propriedade³⁰, prática que como vimos já não era inédita na freguesia.

A conflitualidade laboral montemorense, que na opinião do semanário *O Meridional* se afigurava, neste final do ano de 1911, «da maior importância e de extraordinária gravidade», provocara, em seis meses, a demissão de dois administradores do concelho³¹, impotentes para resolver, pela via pacífica, um conflito socioeconómico que embora ancestral na região, emergia com uma força inédita na jovem República, incapaz de corresponder às esperanças populares suscitadas com a sua implantação.

Em janeiro de 1912, foi a vez de os rurais de Évora encetarem uma greve, por incumprimento das tabelas salariais previamente acordadas e que tinham servido de base para as reivindicações em mais concelhos, como vimos. No dia 15, o movimento alastrou do campo para a cidade, com a adesão dos sapatéis, pedreiros, carpinteiros e corticeiros. A 16, o Governador Civil ordenou o encerramento das sedes das associações dos corticeiros e dos trabalhadores rurais e a prisão de vários grevistas. As reuniões passaram a efetuar-se no campo, o que ocasionou ainda mais prisões³².

A repressão, em vez de acalmar a contestação, provocou o seu alastramento aos municípios vizinhos de Viana do Alentejo, Estremoz e mais uma vez Montemor-o-Novo, mobilizando um total de 50.000 trabalhadores no conjunto do distrito. No dia 22, contagiava já localidades do distrito de Beja e os concelhos da Moita do Ribatejo e de Coruche³³. A 24, o representante governamental no distrito ordenou o encerramento das outras associações operárias da cidade e a perseguição aos grevistas. Dos confrontos resultaram «muitos feridos», entre homens e mulheres, um morto e «numerosas prisões»³⁴.

(30) *O Meridional*. Nº 1067, de 17-12-1911.

(31) *O Meridional*. Nº 1052, de 3-9-1911, p. 2; e Nº 1068, de 24-12-1911, p. 2, respetivamente.

(32) Alexandre VIEIRA, *Para a história do sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova. 1974, p. 61-64. Eduardo RAPOSO, A greve geral de Évora de 1912: ponto cimeiro dos conflitos sociais no Alentejo nos alvares da República. *A Cidade de Évora*. II Série. Nº 5. Évora, 2001, p. 217 (213-230).

(33) Eduardo RAPOSO, A greve geral ..., p. 220.

(34) *Ibidem*, p. 221.

Os operários agrícolas montemorenses, além de acompanharem os de Évora nas paralisações, auxiliaram financeiramente os camaradas presos e respetivas famílias³⁵, apesar das suas próprias dificuldades.

A onda repressiva não esmoreceu o associativismo rural, que em agosto de 1912 organizava, precisamente em Évora, o seu I Congresso dos Trabalhadores Rurais, no qual participaram delegados de 39 sindicatos, representativos de 12.600 membros³⁶. Nele se constituiu a Federação dos Trabalhadores Rurais, que por seu turno fundaria, em dezembro desse ano, *O Trabalhador Rural*, seu órgão oficial³⁷, enquadrado na corrente do sindicalismo revolucionário. Os operários agrícolas alentejanos, incluindo os montemorenses, conheciam ainda outros periódicos de pendor revolucionário, como *O Sindicalista e A Revolta*, este último órgão da Federação Anarquista do Sul³⁸. Apesar da elevada taxa de analfabetismo, havia sempre quem os lesse em voz alta para os interessados.

A prisão e deportação dos dirigentes do movimento sindical rural levou ao encerramento de muitas associações de classe do Baixo Ribatejo e do Alentejo³⁹. Algumas, no entanto, sobreviveram à devastação, incluindo a da sede do concelho de Montemor e a da freguesia do Escoural⁴⁰.

Francisco Pereira, dirigente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Montemor, convidou o sindicalista Joaquim Candieira⁴¹ para proferir uma conferência nesta vila, a 1 de março de 1914⁴², pouco depois da sua libertação,

(35) *O Trabalhador Rural*. Nº 4, março de 1913.

(36) Costa JÚNIOR, *Movimento operário português*. Lisboa: Verbo. 1964, p. 76.

(37) Manuel Joaquim de SOUSA, *O sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento. 1974, p. 94.

(38) Francisco Canais ROCHA e Maria Rosalina LABAREDES, *Os trabalhadores rurais do Alentejo ...*, p. 25-26.

(39) *O Trabalhador Rural*. Nº 8. Novembro de 1913.

(40) Sobre este grande dirigente do operariado agrícola alentejano, veja-se António VENTURA, *Subsídios para a história do movimento sindical rural no Alto Alentejo (1910-1914)*. Lisboa: Seara Nova. 1976, p. 46.

(41) *O Trabalhador Rural*. Nº 11. Março de 1914.

(42) João Bonifácio SERRA, Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente. In António REIS (Dir.), *Portugal Contemporâneo*. Vol. 3, p. 42 (13-84).

no âmbito da amnistia proposta pelo Presidente da República Bernardino Machado, aprovada no Parlamento a 20 de fevereiro desse ano⁴³. Este organizador do associativismo rural alentejano tinha sido acusado de «agitador» durante o primeiro governo de Afonso Costa e fora condenado a dois anos de prisão, tendo ficado detido ainda «longos meses»⁴⁴.

O 1º de Maio seguinte foi assinalado pelos montemorenses com uma sessão solene. Desta vez o convidado foi Manuel Ferreira Quartel, outro destacado dirigente sindical. Igualmente libertado há pouco tempo, apresentava o rosto marcado «pelo sofrimento de mártir dos algozes» o que causou forte impressão a Francisco Pereira⁴⁵.

Vendas Novas, então freguesia do termo montemorense⁴⁶, assinalou nesse ano o dia do trabalhador com um grande cortejo. Nele se incorporaram, além da Associação dos Trabalhadores Rurais, as Associações dos Corticeiros, dos Sapateiros e dos Caixeiros, além da Sociedade Filarmónica Operária e do Grupo Mocidade Recreativa. Todos levavam os estandartes cobertos de crepes pretos, em sinal de luto e de protesto pela repressão exercida durante a ditadura de Pimenta de Castro⁴⁷. No final houve comício, no qual pontificou António Henriques⁴⁸, outra grande figura do sindicalismo operário⁴⁹.

Ainda nesse mês, ocorreu em Montemor «uma grandiosa manifestação» de regozijo pela queda do ditador, organizada pelo Centro Republicano local, na qual as associações de classe também se integraram⁵⁰.

(43) *O Trabalhador Rural*. Nº 10. Janeiro de 1914.

(44) *O Trabalhador Rural*. Nº 13. Maio de 1914.

(45) É concelho autónomo desde 1962.

(46) Em vigor entre 25 de janeiro e 15 de maio de 1915. *Orgânica governamental ...*, p. 25. Sobre este período da vida política portuguesa e concretamente sobre a figura de Pimenta de Castro, veja-se Bruno J. NAVARRO, *Governo de Pimenta de Castro. Um general no labirinto político da I República*. Lisboa: Assembleia da República, 2011.

(47) *O Trabalhador Rural*. Nº 13. Maio de 1914.

(48) Manuel Joaquim de SOUSA, *O sindicalismo em Portugal*, p. 93-94.

(49) *O Meridional*. Nº 1.245, de 23-5-1915.

(50) Alexandre VIEIRA, *Para a história do sindicalismo ...*, p. 91-93.

Recuperada a legalidade constitucional, para a qual o operariado, principalmente da região de Lisboa, tanto tinha contribuído, seguiu-se um período de acalmia, que foi, no entanto, de curta duração. A entrada de Portugal na Grande Guerra agravou as já de si difíceis condições de vida dos Portugueses. Perante o açambarcamento, a escassez de bens essenciais e a subida vertiginosa do custo de vida, reapareceram por todo o país manifestações de protesto, acompanhadas de assaltos a padarias e outros estabelecimentos comerciais, por parte da população esfomeada e enfurecida⁵¹.

Montemor-o-Novo, mais uma vez, não ficou à margem dos acontecimentos. Na sede do concelho, os operários agrícolas empreenderam manifestações de protesto e cortaram as linhas telegráficas. Em Vendas Novas a agitação foi semelhante. Mas o ponto alto da revolta ocorreu em Cabrela. Aqui, «os trabalhadores armados tomaram uma atitude mais hostil, mais ameaçadora», além de cortarem a linha telefónica com Vendas Novas. As autoridades enviaram «para aquela vila força pública a fim de manter a ordem». Mas como esta «foi recebida hostilmente», efetuaram-se «algumas prisões» e foram apreendidos machados aos manifestantes. As detenções, em vez de intimidarem os revoltosos, acicataram-lhes ainda mais os ânimos. No dia seguinte, «os agitadores de Cabrela», apoiados pelos de Vendas Novas, «percorreram algumas freguesias» do concelho, «tentando arrastar à desordem os ranchos de diversos lavradores»⁵².

A imprensa republicana omitia ou divulgava de forma contida, eventos de feição contestatária, suscetíveis de descredibilizar o regime aos olhos da opinião pública. Por isso é de crer que estes acontecimentos, publicados por um semanário republicano afeto ao partido de Afonso Costa então no poder, tivessem assumido proporções superiores às veiculadas pelo semanário, tanto da parte dos manifestantes como da parte das forças policiais.

Eventos mais circunscritos territorialmente ou de menor impacto social nem sequer eram publicados, como o ocorrido em Vendas Novas, já sob o terceiro governo de Afonso Costa⁵³. Nos últimos dias de maio de 1917, foi enviado para esta vila um reforço policial «em vista dos últimos acontecimen-

(51) Alexandre VIEIRA, *Para a história do sindicalismo ...*, p. 91-93.

(52) *O Meridional*. Nº 1281, de 6-2-1916.

(53) Em funções de 25 de abril a 10 de dezembro de 1917, tendo nesta data sido exonerado pelo ditador Sidónio Pais. *Orgânica governamental ...*, p. 30.

tos (...) e com o fim de evitar tumultos graves»⁵⁴. No entanto, os «incidentes desagradáveis» repetiram-se a 25 de junho⁵⁵. Para lhes pôr termo, o presidente da câmara oficiou a 22 grandes produtores cerealíferos do concelho, tentando convencê-los a fornecer à edibilidade a farinha possível, da qual havia grande falta, apesar de saber que alguns deles tinham os celeiros cheios. Advertia-os para o perigo de os incidentes de Vendas Novas se repetirem, nesta e em outras localidades do termo⁵⁶. Por estas cartas depreendemos que os «incidentes» de junho e muito provavelmente os «acontecimentos» de maio tivessem consistido em assaltos a padarias, então frequentes em todo o país.

O culminar da contestação montemorense ocorreu durante a ditadura de Sidónio Pais. O antigo embaixador em Berlim organizara o movimento insurrecional de 5 de dezembro de 1917 com as seguintes justificações: acabar com as lutas interpartidárias e repor a acalmia social e a ordem pública, condições indispensáveis à governação do país⁵⁷. Tais promessas, associadas ao seu modo de atuação populista, granjearam-lhe inicialmente um amplo leque de apoiantes, incluindo da uma boa parte do movimento sindical, agastado com a violenta repressão afonsista. No entanto, o ex-ministro de João Chagas e de Augusto de Vasconcelos não solucionou nenhum dos problemas nacionais. Além disso, abandonou à sua sorte os expedicionários portugueses na Flandres. Restabeleceu a censura de guerra e alargou-a a setores bem mais amplos de informação. Tais medidas, bem como as alterações à Constituição de 1911 e à Lei da Separação da Igreja do Estado, originaram o afastamento dos republicanos moderados que inicialmente o apoiaram⁵⁸.

A sua ação económica, pautada pela liberalização da circulação de produtos, beneficiou os grandes lavradores, até então descontentes com o tabe-

(54) AHMMN / CMN. A1 B187. *Vereações. 1916-1918*. Ata de 28-5-1917, f. 79v.-82.

(55) AHMMN / CMN. A7 C39. *Registo da Correspondência Expedida. 1915-1918*. Ofício de 26-6-1917 para o lavrador José Joaquim Nunes, f. 132v.

(56) *Ibidem*, f. 131 a 139.

(57) A instabilidade política não era, então, uma especificidade portuguesa, como ainda hoje pretendem os detratores da República, descontextualizando-a da realidade europeia. Neste continente e apenas no ano de 1917, num ambiente de profunda crise provocada pela Grande Guerra, «a maior parte dos governos demitiu-se ou foi violentamente derrubada». Rui RAMOS, *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Vol. 6. *A segunda fundação*. Lisboa: Estampa. 1994, p. 523.

(58) João Bonifácio SERRA, *Do 5 de Outubro ao 28 de Maio ...*, p. 125-126.

lamento dos preços. Mas prejudicou a maioria da população, ao agravar o açambarcamento e a conseqüente escassez de bens essenciais, gerando uma subida vertiginosa dos preços⁵⁹.

Tais dificuldades geraram a intensificação do movimento contestatário, cuja repressão ultrapassou, em intolerância e violência, a do «racha-sindicalistas» Afonso Costa. Por isso, a União Operária Nacional encetou a preparação de uma greve geral, prevista para 18 de novembro de 1918. A paralisação não se chegou a realizar devido a vários fatores, o mais importante dos quais seria a assinatura do armistício, a 11 desse mês⁶⁰. No entanto, efetuaram-se ações de sensibilização por todo o país. Com esse objetivo, no início de setembro, a Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Montemor-o-Novo solicitou à câmara a cedência do Teatro Municipal, para a realização, no dia 15 desse mês, de uma assembleia de operários agrícolas. O pedido foi indeferido, com a alegação de as instalações se destinarem apenas a espetáculos⁶¹.

Os organizadores transferiram então a reunião para as suas próprias instalações. A iniciativa ocorreu ordeiramente. Depois de terminada, «mas achando-se ainda na sede (...) muitos trabalhadores», entraram de rompante o administrador do concelho, tenente Francisco José da Silva Santos Júnior, acompanhado de dois polícias e de alguns elementos da GNR. Os agentes da autoridade prenderam os elementos da mesa da assembleia, assim constituída: Francisco José Pereira, presidente da direção da Associação; o pedreiro e sindicalista Agostinho José Maria de Sampaio; e António Vaz, delegado da UON, que viera proferir a conferência⁶².

Os trabalhadores presentes protestaram. Seguiram as autoridades e «foram postar-se, em grande número, diante da administração do concelho, pe-

(59) Ana Paula PIREZ, A economia de guerra: a frente interna. In Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, p. 338 (319-347).

(60) Apesar de não ter ocorrido uma greve geral, houve vários setores económicos que paralisaram na data prevista, como os ferroviários das linhas do Sul e Sudeste, os operários da construção civil, os gráficos e os operários agrícolas dos distritos de Évora e Beja. Foi neste contexto que ocorreram as ocupações de terras em Odemira, atrás referidas. Francisco Canais ROCHA e Maria Rosalina LABAREDAS, *Os trabalhadores rurais do Alentejo ...*, p. 42 e seguintes.

(61) AHMMN / CMN. A4 C86. *Correspondência Recebida*. 1918. Ofício de 9-9-1918.

(62) *Democracia do Sul*. Nº 894, de 19-9-1918; e Nº 895. De 22-9-1918.

dindo a liberdade dos seus camaradas e protestando contra a falta de pão»⁶³. Perante a contestação popular e o engrossar da multidão que «ia aparecendo de todos os lados»⁶⁴, o administrador requisitou mais força policial. A Guarda tomou o terreiro de S. João de Deus pela força e tentou evacuá-lo. Mas «como alguns trabalhadores mais exaltados recalcitrassem, deu-se um conflito entre um popular e um guarda», quando este agrediu o civil

«com uma coronhada. Nessa altura, toda a serenidade abandonou os mantenedores da ordem. A pistola do (...) administrador (...) e as armas dos guardas começaram a disparar tiros nervosamente, doidamente, e dez minutos depois (...) jaziam no chão dois trabalhadores mortos, havendo vários feridos, um dos quais tão gravemente que veio a falecer»⁶⁵.



Edifício da antiga administração do concelho (atual Biblioteca Municipal) do qual foram disparados, em 1918, os tiros que mataram, no largo fronteiro, três trabalhadores e feriram muitos outros, durante a ditadura de Sidónio Pais. “Foto do Arquivo do Gabinete de Documentação e Informação da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo”

(63) *Democracia do Sul*. Nº 894, de 19-9-1918.

(64) *O Meridional*. Nº 1418, de 22-9-1918.

(65) *Democracia do Sul*. Nº 894, de 19-9-1918.

O tenente Santos Júnior foi acusado de «assassinar voluntariamente» António Joaquim⁶⁶. E os outros dois, Raul José Sabino e José Cabeçana, teriam sido alvo casual das balas da Guarda, acusada de fazer «fogo sobre a multidão com pontarias baixas, muitas delas para as embocaduras das ruas» adjacentes⁶⁷.

As paredes e as portas dos edifícios do terreiro ficaram «cheias de sinais produzidos pelas balas». Houve ainda «mais correrias e alguns tiros no Rossio», onde o povo revoltado feriu dois guardas e um cabo da GNR⁶⁸.

Quanto aos presos, o conferencista António Vaz foi solto na estação de caminho-de-ferro da Torre da Gadanha (proximidades de Montemor), por pressão dos ferroviários. E os outros dois foram também postos em liberdade uns dias mais tarde⁶⁹.

Nos dois fins-de-semana seguintes, a vila martirizada foi ocupada por um destacamento de tropas, facto que o bissemanário republicano *Democracia do Sul* ironizava deste modo:

«... gente de Montemor, há de ser feroz e aguerrida. E então armamento? São capazes de até terem tanques, os mafarricos! (...) Ora desta maneira, como é possível enviar tropas para França? De modo algum. As que há até são poucas para mandar para Montemor»⁷⁰.

A perseguição ao movimento sindical abrandou significativamente a partir da derrota dos sidonistas e da tomada de posse do governo de José Relvas⁷¹, embora as dissidências políticas, a instabilidade governativa e o aumento vertiginoso do custo de vida dificultassem o regresso à normalidade.

4 . SOB A DITADURA SALAZARISTA

Apesar do regime ditatorial, a luta dos trabalhadores rurais intensificou-se logo nas primeiras décadas do governo de Salazar, por várias razões: o agravamento das já de si difíceis condições de vida imposto, primeiro pela Guerra Civil de Espanha e depois pela Segunda Guerra Mundial; e a reorganização

(66) *Democracia do Sul*. Nº 894, de 19-9-1918.

(67) *O Meridional*. Nº 1418, de 22-9-1918.

(68) *Democracia do Sul*. Nº 894, de 19-9-1918; e Nº 895. De 22-9-1918.

(69) *Democracia do Sul*. Nº 895, de 22-9-1918.

(70) *Democracia do Sul*. Nº 898, de 3-10-1918.

(71) João Bonifácio SERRA, *Do 5 de Outubro ao 28 de Maio ...*, p. 71.

do Partido Comunista Português, que vai conferir um sentido político às lutas laborais. A organização do PCP em Montemor-o-Novo começara ainda nos inícios da década de 30, por intermédio dos comunistas do Barreiro. Em 1931 e 1936, houve prisões na sede do concelho⁷².

O envio de bens alimentares para as tropas de Franco (apoiado pela maioria dos grandes proprietários agrícolas) durante a Guerra Civil de Espanha originou grandes carências alimentares, que se agravaram com o conflito mundial. Apesar da neutralidade, Portugal não escapou aos seus efeitos desastrosos. O proletariado industrial e agrícola, incapaz de fazer face aos preços exorbitantes do mercado negro, foi rapidamente atingido pela fome. E a situação das classes médias, particularmente da pequena burguesia urbana, tornou-se aflitiva⁷³.

O desespero e a revolta resultaram num amplo surto grevista em 1941, nos distritos de Lisboa e Setúbal, rapidamente alastrado ao mundo rural. A partir de janeiro de 1941, ocorreram os primeiros assaltos coletivos a herdades para roubar cortiça, bem como a casas comerciais. Por todo o Alentejo, pequenas multidões de jornaleiros dirigiam-se às câmaras, a exigir trabalho e pão. Na primavera de 1943, irrompeu uma vaga de greves dos rurais ribatejanos, que no ano seguinte se estenderam ao Alentejo, coincidindo com as paralisações do operariado industrial⁷⁴.

Em consonância com a situação vivida em toda a Província, em Montemor-o-Novo, nos anos de 1942 e 1943, eram divulgados na imprensa local roubos nas herdades, de galinhas, porcos, éguas e mulas. Na vila, os assaltos ocorriam em lojas e oficinas, de onde se furtava: tabaco, navalhas e pincéis de barba, pentes, peúgas, caixas de fósforos, cintos, toalhas, lenços, guarda-chuvas, botas, enxadas, machados, chapas de zinco e dinheiro⁷⁵. Por toda esta década era possível «ver, com frequência, grupos de trabalhadores rurais a

(72) Teresa FONSECA, Jorge FONSECA, *Fascismo e antifascismo. O exemplo de Montemor-o-Novo*. Montemor-o-Novo: União dos Resistentes Antifascistas Portugueses. Núcleo de Montemor-o-Novo, 1994, p. 26.

(73) Fernando ROSAS, *Portugal entre a paz e a guerra. 1939-1945*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 29-138, 274-281 e 369-373.

(74) Fernando ROSAS, *O Estado Novo (1926-1974)*. Vol. 7 da *História de Portugal*. Coord. de José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1994, p. 363-365.

(75) Teresa FONSECA, *Alguns aspetos da situação económica e social no concelho de Montemor-o-Novo entre 1942 e 1946*. In *Almansor*. Nº 5. 1ª Série. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, p. 98 (89-107).

pedir trabalho e esmola pelas portas». Muitos foram presos pela GNR «por andarem a apanhar bolota para comer»⁷⁶.

O desemprego continuava a ser o problema mais grave dos montemorenses e o objetivo principal das suas reivindicações. Em setembro de 1944, na freguesia do Escoural, encontravam-se desocupados «centenas de trabalhadores», quando a crise sazonal estava apenas no começo. E muitos lavradores, valendo-se da situação, pagavam muito mal. O mesmo ocorria em Lavre, Vendas Novas, S. Cristóvão e certamente por todo o concelho e em toda a região⁷⁷.

Até meados da década de 40, os operários agrícolas eram frequentemente contratados desconhecendo o salário. Os que perguntavam pelo preço da jorna ficavam mal vistos e corriam o risco de nem arranjam trabalho. Os lavradores prometiam apenas salário igual ao que era pago por outro, que lhes servia de referência, sendo o valor das jornas previamente combinado pelos patrões, nos encontros realizados no seu Clube⁷⁸. No entanto, a partir de 1946, os trabalhadores, liderados pelo PCP, passaram a organizar «comissões de praça», nas quais negociavam previamente com os feitores das herdades a jorna a ser paga, quase sempre aceite pelos patrões, em face da urgência do trabalho agrícola.

Devido às difíceis condições de luta e excluída a liberdade de expressão, a população passou a utilizar as próprias estruturas do regime para formular as suas reivindicações, designadamente as Casas do Povo e os Grémios da Lavoura. As primeiras foram criadas a partir de 1942, no âmbito da estrutura corporativa do regime, com o intuito de promover a «leal colaboração» entre os patrões e os trabalhadores rurais. Nesse ano já funcionava uma em Montemor-o-Novo. Em 1943 foi criada a do Escoural. Em 1944 as de Cabrela e S. Geraldo⁷⁹. E em 1945 já existia a de Lavre⁸⁰.

Em 1944, *O Militante* esclarecia os operários da necessidade de entrar «em massa» para as Casas do Povo e de formar «comissões» que dentro delas exigissem das direções uma ação em defesa dos seus interesses. E reco-

(76) Teresa FONSECA (Coord.), *A Memória das Mulheres. Montemor-o-Novo em tempo de ditadura*. Lisboa: Colibri. 2007. Depoimento de Maria Matilde Caldeira Badalinho Pires, p. 91.

(77) Teresa FONSECA, *Alguns aspetos da situação económica e social ...*, p. 94-97.

(78) Situado ao cimo da rua 5 de Outubro. Depoimentos recolhidos por Jorge Fonseca a António Calção, António Gervásio, João Machado e José Manuel Roque. Veja-se Teresa FONSECA, Jorge FONSECA, *Fascismo e antifascismo ...*, p. 20.

(79) *A Folha do Sul*. Montemor-o-Novo. Nº 4.184, de 2 de novembro de 1946.

(80) Teresa FONSECA, *Alguns aspetos da situação económica e social ...*, p. 104.

mendava-lhes que se esforçassem no sentido de eleger para os corpos sociais «pessoas honestas e de confiança», de modo a converterem estas Casas em «organismos de luta e de defesa dos camponeses explorados»⁸¹.

Dentro do mesmo processo de luta e perante a dificuldade de sobrevivência dos sindicatos clandestinos, o Partido Comunista defendia a infiltração dos trabalhadores nos sindicatos fascistas. Foi assim possível eleger dezenas de direções sindicais constituídas por democratas⁸², embora o regime os tentasse afastar de diversas maneiras, recorrendo mesmo ao assassinato, como sucedeu em 1945 com Germano dos Santos Vidigal, referido mais adiante.

Neste período, a Casa do Povo da sede do concelho representava o ponto de concentração preferencial dos protestos e reivindicações. Em outubro de 1944, 160 trabalhadores juntaram-se à frente do edifício exigindo subida de salário, pão de melhor qualidade e em maior quantidade e outros géneros alimentares. Em abril do ano seguinte, 700 pessoas incluindo 50 mulheres, concentradas no mesmo local, reivindicavam o aumento da jorna e a distribuição de azeite e toucinho, dos quais havia enorme escassez. Não conseguiram mais géneros, mas obtiveram um aumento salarial, embora aquém do exigido. Dias depois, mais de uma centena de trabalhadores protestavam de novo, desta vez junto da administração do concelho, pela falta de toucinho, que a partir de então passou a haver nos talhos em quantidade suficiente⁸³.

Estes êxitos, embora parciais, animaram os trabalhadores. Em maio desse ano de 1945, na época das ceifas, desencadearam-se novas ações de protesto para exigirem o aumento das jornas: 30 escudos diários para os homens e 20 para as mulheres. Estas, até então, ganhavam metade dos homens, embora fizessem dois terços do seu trabalho. No dia 20 desse mês cerca de 2.000 trabalhadores decidiram não trabalhar por menos do que o valor acordado e concentraram-se junto à Casa do Povo e ao Grémio da Lavoura, a gritar por melhores salários. O Grémio não acedeu, pelo que se declararam em greve e marcaram nova reunião para o dia seguinte. Na 2ª feira, dia 21, os agentes da GNR colocaram-se nas entradas de Montemor e mandavam voltar para trás quem vinha para a concentração. Os desobedientes eram presos na praça de touros da vila, onde chegaram a estar 1.500 homens e mulheres. A Guarda montou metralhadoras no recinto para intimidar os presentes e identificou-os a todos. Pela hora do almoço começou a gerar-se alguma agitação entre os

(81) *O Militante*. 3ª Série. N.º 33. Novembro de 1944.

(82) *O Militante*. 3ª Série. N.º 32, outubro de 1944. E N.º 36, fevereiro de 1945.

(83) *Avante!* N.º 74. 1ª Quinzena de abril de 1945.

detidos, por não haver pão nem água. Um deles, Custódio Caramelo, foi transferido para o posto da GNR, por ter consigo um folheto do PCP⁸⁴. A revolta alastrou a Lavre, onde 500 operários agrícolas aderiram à greve, dos quais 30 foram juntar-se aos da praça de touros. Ao fim da tarde os trabalhadores foram soltos. Nos dias seguintes passaram a laborar pelo salário exigido e chegaram à vila camionetas carregadas com os bens alimentares necessários⁸⁵.



Praça de Touros, onde a 21 de maio de 1944 foram detidos cerca de 1.500 trabalhadores rurais do concelho. “Foto do Arquivo do Gabinete de Documentação e Informação da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo”

Entretanto, no dia 23, começaram as prisões seletivas dos dirigentes da luta: Joaquim Badalinho, sapateiro; João Machado, filho de pequenos proprietários agrícolas; António Marques, presidente da assembleia geral da Casa do Povo e seu funcionário; e Germano dos Santos Vidigal, latoeiro. Este último era presidente da direção do sindicato da construção civil e dirigente da organização comunista local, da qual faziam parte os outros três elementos. Foi espancado até à morte no posto de Montemor da GNR, por agentes da PIDE. A polícia afirmou que se enforcara, mas as marcas de tortura eram bem de-

(84) Depoimentos recolhidos por Jorge Fonseca a António Calção, António Gervásio, João Machado e José Manuel Roque. Veja-se Teresa FONSECA, Jorge FONSECA, *Fascismo e antifascismo ...*, p. 26.

(85) *Avante!* Nº 80. Agosto de 1945.

monstrativas da causa do falecimento⁸⁶. Quanto aos outros três presos, foram transferidos para Caxias, onde permaneceram alguns meses.

A derrota do nazi-fascismo e a vitória dos Aliados forçaram o regime a ensaiar medidas demagógicas, para conseguir apresentar-se internacionalmente menos vinculado à ideologia derrotada. Foi decretada uma amnistia para os presos políticos e marcadas eleições legislativas, às quais pela primeira vez poderia concorrer a oposição. Da primeira medida resultou a libertação dos três dirigentes antifascistas montemorenses⁸⁷.



Rua Germano dos Santos Vidigal. Este militante antifascista trabalhava, quando foi torturado e morto de PIDE a 9 de junho de 1944, numa latoaria nesta casa de esquina. “Foto do Arquivo do Gabinete de Documentação e Informação da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo”

Apesar de Montemor ser um concelho predominantemente rural, a resistência às injustiças da ditadura alastrou a outros setores profissionais. Em julho de 1943, os sapateiros contestaram o envio para a Alemanha hitleriana dos couros e das peles, que tanta falta faziam à indústria nacional, bem como a preferência atribuída aos profissionais legionários na repartição destas ma-

(86) Jorge FONSECA, 1945 – Ano de luta. In *A Seara*. Nº 4. Maio-Junho de 1982, p. 5 e 6.

(87) *Ibidem*, p. 6.

térias-primas⁸⁸. E em dezembro de 1944, os mineiros de Santa Susana, quase todos residentes na vizinha freguesia montemorense de S. Cristóvão, desencadearam uma ação de protesto, pelo encerramento das minas⁸⁹.

Apesar do reforço do aparelho repressivo efetuado no pós-guerra, que passou pela reestruturação da polícia política⁹⁰, a luta prosseguiria, assumindo outras formas. Em agosto de 1946, um «aluvião de mulheres (...) invadiu ordeiramente o Grémio da Lavoura» de Montemor. Chorando, lamentavam o «péssimo serviço de racionamento dos principais géneros alimentícios», solicitando o livre fornecimento de azeite e toucinho⁹¹.

A resistência política ocorria paralelamente ou mesmo em convergência com as reivindicações laborais. Ainda em 1945, a Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, apoiada pelo jornal *O Montemorense*⁹², associou-se à ação reivindicativa das quase três centenas de corporações de Voluntários de todo o país, liderada pela Liga dos Bombeiros Portugueses, em prol da autonomia ainda usufruída pelo associativismo de cariz humanitário, então seriamente ameaçada por um projeto de lei governamental⁹³. O seu comandante, Luís Henrique Fragoso Amado, foi um dos organizadores, em maio desse ano, de um «magnífico cortejo (...) de regozijo pelo termo da guerra», que percorreu as ruas da vila acompanhado das duas filarmónicas, de quase todas as coletividades empunhando os respetivos estandartes e de «uma enorme multidão». E enquanto as autoridades locais, receosas de que a

(88) *Avante!* Nº 35. 1ª Quinzena de julho de 1943.

(89) *A Folha do Sul*. Nº4.090, de 15 de dezembro de 1944.

(90) Ainda em 1945, Salazar substituiu a PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), cujos agentes passam a ser muito mais numerosos. Enquanto a PVDE possuía, em 1935, cerca de 30 agentes, a PIDE contava, em 1948, com 521 elementos. Veja-se Irene Flunser PIMENTEL, *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates / Autora, 2007, p. 31. Os amplos poderes desta polícia política permitem-lhe o uso da tortura física e psicológica, sendo responsável por várias mortes no exercício das suas funções. Dotada de um ficheiro com informações acerca de quase um terço da população portuguesa, persegue qualquer pessoa suspeita de perfilhar opiniões contrárias ao sistema vigente, sejam ou não comunistas, gerando uma hostilidade, uma insegurança e um medo generalizados. Veja-se Manuel Pinto dos SANTOS, Um regime de governo forte sob a inspiração nacionalista-corporativa. In *Portugal Contemporâneo*. Dir de António REIS. Vol. 4. Lisboa: Alfa. 1990, p. 93 (81-98).

(91) *A Folha do Sul*. Nº4.175, de 29 de agosto de 1946.

(92) *O Montemorense*. Montemor-o-Novo. Nº 702, de 24 de junho de 1945. E Nº 710, de 19 de agosto de 1945.

(93) Do qual resultaria, com algumas melhorias relativamente ao projeto inicial, o decreto-lei nº 35.746, de 11 de setembro de 1946.

derrota do nazi-fascismo arrastasse consigo a queda das ditaduras peninsulares, se refugiava num significativo silêncio, Fragoso Amado erguia a sua voz em louvor da paz e da vitória das forças aliadas⁹⁴.

Os montemorenses que se opunham ao regime tomaram parte ativa no simulacro de eleições de 1945, como se verifica por um ofício do Governo Civil do distrito, dirigido à Câmara, no qual se comunicava a seguinte informação, proveniente do gabinete do ministro do Interior:

«Consta que Manuel Lopes, barbeiro, e Armando Ferreira Veiga, lojista, são 100% comunistas, tendo sido fiscais nas eleições de 1945 (...) foram os elementos mais ativos durante este período eleitoral, na vila de Lavre, onde vivem»⁹⁵.

Em 1949, a oposição apresentou a candidatura do general Norton de Matos nas eleições para a Presidência da República, contra o general Carmona, candidato do regime. Durante a campanha, foram dirigidos ao Governador Civil de Évora vários abaixo-assinados, subscritos por centenas de eleitores do concelho de Montemor, pedindo a criação de condições mínimas para a realização do ato eleitoral. Foram todos remetidos à Câmara Municipal, para que esta tomasse conhecimento dos subscritores⁹⁶. Nesta vila constituiu-se uma comissão de apoio à candidatura do general oposicionista. Este visitou Montemor, sendo recebido à entrada da vila pela comissão distrital da sua candidatura. No comício realizado em Évora, destacou-se a intervenção de um estudante montemorense, Virgolino Borges⁹⁷.

(94) *O Montemorense*. 13 de maio de 1945.

(95) AHMMN / CMN. A4 C134. *Correspondência Recebida. Confidenciais e outros*. Ofício de 3 de março de 1949.

(96) *Ibidem*. Ofício de 14 de janeiro de 1949.

(97) *Ibidem*. Ofício de 19 de janeiro de 1949.



Atual Largo General Humberto Delgado, onde o general foi aclamado pelos montemorenses, durante a campanha presidencial de 1958. Neste local, antigamente designado por Terreiro das Portas do Sol, ocorreram, durante séculos, as «praças de jorna», onde os trabalhadores eram contratados na altura mais intensa das fainas agrícolas. “Foto do Arquivo do Gabinete de Documentação e Informação da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo”

Em 1958, a candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República, reforçada pela desistência de Arlindo Vicente, congregou o apoio de toda a oposição. Além deste mérito político, a iniciativa do «general sem medo» teve ainda a capacidade de despertar o povo português da prolongada letargia em que a feroz repressão policial o mergulhara, depois do período agitado e esperançoso que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial. De facto, numa atitude surpreendente para o governo e seus apoiantes, mas até para a oposição, o país ergueu-se numa exaltação apenas comparável à das grandiosas manifestações de 1945. Multidões de portugueses saíam às ruas, atraídos pela empatia de Delgado e pela sua crítica, corajosa e desassombrada, da incompetência e despotismo do governo de Salazar, da falta de liberdade, do atraso económico e social, da repressão policial e do isolamento externo do país.

Como não podia deixar de ser, o general recebeu um enorme apoio no concelho de Montemor. Durante a campanha, atravessou a vila integrado num cortejo de adeptos, sob os aplausos da população. Parou no largo Serpa Pinto, que hoje tem o seu nome, para depositar uma coroa de flores no monumento

aos mortos da Grande Guerra. No local, foi cumprimentado pelas comissões distrital e municipal de apoio e proferiu uma breve alocução aos presentes. Foi-lhe então entregue, pelo prestigiado membro do PCP João Machado, uma carta em nome dos democratas montemorenses⁹⁸.

Apesar da gigantesca fraude eleitoral de 8 de junho e da violência das perseguições subsequentes, o fascismo português sofrera um abalo profundo e irreversível, embora o seu processo de decadência se arrastasse ainda por longos e penosos 16 anos. E a impressionante onda contestatária evidenciada durante a campanha eleitoral, teve ainda o mérito de atrair a atenção da imprensa internacional para a ditadura portuguesa, até então encarada pelas potências ocidentais com indiferença se não mesmo com complacência⁹⁹.

O ambiente de agitação prosseguiria após as eleições, centrado na denúncia da farsa eleitoral e das atitudes prepotentes e intimidatórias dos representantes do candidato Américo Tomás, ocorridas nas mesas de voto. O PCP aproveitaria a oportunidade para acrescentar a tais denúncias reivindicações de natureza laboral¹⁰⁰.

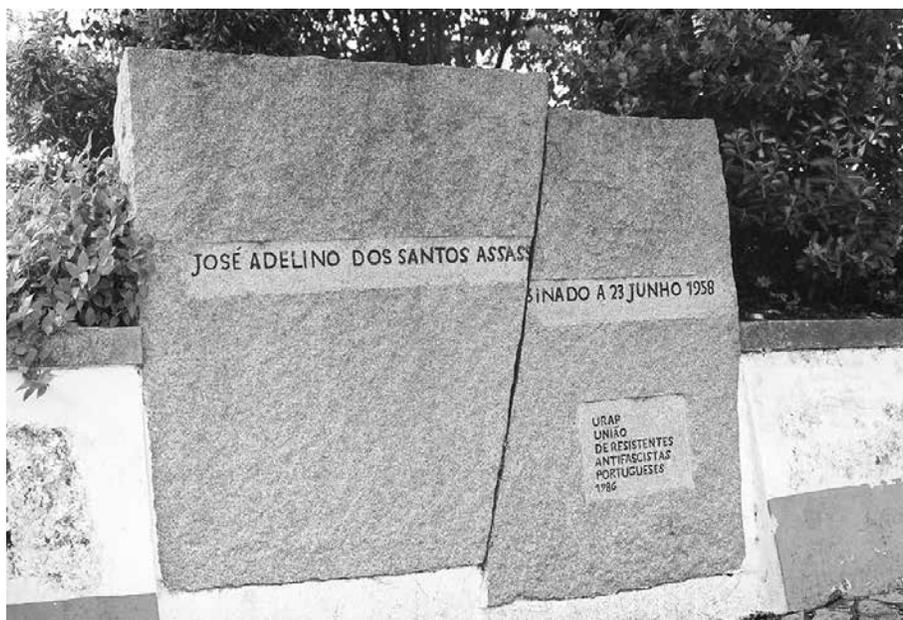
Foi neste contexto que a 23 de junho se verificou em Montemor uma concentração junto à Câmara Municipal de algumas centenas de trabalhadores rurais. Além de protestarem «contra a falsificação das eleições», pretendiam estabelecer com o presidente da edilidade medidas que conduzissem ao aumento dos salários, de modo a «fazerem face à angustiosa subida do custo de vida». O edil recusou-se a receber a delegação dos trabalhadores e mandou chamar a PIDE e a GNR. Esta última pediu reforços a Évora e Vendas Novas. A sua cavalaria penetrou no interior dos Paços do Concelho, expulsando quem lá se encontrava. No largo traseiro, os manifestantes gritavam: «Queremos trabalho e pão!». Subitamente, foram disparados vários tiros da varanda do edifício. Duas pessoas ficaram feridas e o militante comunista e um dos organizadores da concentração, José Adelino dos Santos, caiu mortalmente atingido¹⁰¹.

(98) Teresa FONSECA, Jorge FONSECA, *Fascismo e antifascismo ...*, p. 32.

(99) Irene Flunser PIMENTEL, *A história da PIDE*, p. 159-165.

(100) Avante! Nº 258. 1ª Quinzena de julho de 1958. José Pacheco PEREIRA, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*. Vol. 3. Lisboa: Temas e Debates. 2005, p. 655-667.

(101) *O Montemorense*. 2ª Série. Nº 294, de 29-6-1958.



Monumento evocativo de José Adelino dos Santos, erguido no local onde caiu assassinado.
“Foto do Arquivo do Gabinete de Documentação e Informação da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo”

Gerou-se então o pânico. Os manifestantes dispersaram em todas as direções. Mas para onde quer que se dirigissem deparavam com mais guardas. Os moradores das imediações abriram discretamente as portas para acolher os fugitivos. E quem procurou sair da vila, deparou com todas as estradas e caminhos barrados. Durante a perseguição, a GNR deteve centena e meia de homens, enquanto as mulheres tentavam, aos gritos, puxá-los para fora dos jipes. Os que tentavam resistir à prisão eram empurrados para dentro das viaturas, a soco e pontapé¹⁰².

A maioria dos montemorenses indignou-se com este crime, incluindo os indiferentes à política. O comércio encerrou as portas e a vila ficou de luto. Ao longo de três noites foi imposto o recolher obrigatório. Os moradores, assustados, limitavam-se a espreitar pelas frinchas das janelas as luzes dos faróis das

(102) Teresa FONSECA (Coord.), *A Memória das Mulheres ...*, depoimentos de Antónia Rosa de Carvalho e de Fortunata Lourença dos Santos, p. 26 e 46, respetivamente.

viaturas policiais, as únicas a circular. E quando se pensava ter sido retomada a normalidade, a guarda ainda interpelava e ameaçava quem necessitava de sair de casa ao cair da noite¹⁰³.

No dia do funeral de José Adelino dos Santos, uma multidão estimada em 2.500 pessoas aguardava-o à entrada da vila. Mas temendo a fúria popular, as autoridades desviaram o cortejo, seguido desde Vendas Novas por uma caravana de 10 carros da GNR, em direção ao Escoural, onde o pretendiam sepultar à revelia da família, sob o pretexto de ser esta a sua freguesia de naturalidade. Mas perante a intransigência do irmão, o préstito inverteu a marcha. Quando finalmente chegou à sede do concelho, «o povo era tanto como nunca antes se tinha visto na vila». A polícia, estimada em mais de 300 agentes, instalou no cimo do castelo metralhadoras apontadas à multidão, a qual no entanto não se deixou intimidar. Cerca de 1.500 pessoas «romperam corajosamente» os cordões policiais e conseguiram entrar no cemitério, onde prestaram «uma sentida homenagem de despedida» ao seu conterrâneo assassinado¹⁰⁴.

Os incidentes ocorridos em Montemor-o-Novo na fatídica tarde de 23 de junho atizaram ainda mais a chama da indignação que varria o país. No Escoural, quando se conheceu a notícia do assassinato, uma centena de operários largou o trabalho e no dia do funeral muita gente desta freguesia compareceu em Montemor. Nos dias seguintes, as greves de protesto estenderam-se a Matosinhos, Porto, Vila do Conde, Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Castelo Branco, Sacavém, Alhandra, Vila Franca e às unidades industriais da Margem Sul. Em Beja, Pias, Serpa, Ferreira do Alentejo, Montargil, Alcórrego, Avis, Benavila, Aljustrel, Grândola, Aldeia Nova de S. Bento e S. Cristóvão (Montemor-o-Novo), houve paralisações e comícios, com elevada participação feminina. Em diversas localidades algarvias e do distrito de Santarém ocorreram iniciativas de protesto semelhantes¹⁰⁵.

(103) *Avante!* Nº 258. 1ª Quinzena de julho de 1958. Teresa FONSECA (Coord.), *A Memória das Mulheres ...*, depoimentos de Maria Matilde Caldeira Badalinho Pires e de Maria Bernardina de Oliveira Pais, p. 91 e 92, respetivamente.

(104) *O Camponês*. Nº 65. Julho de 1958. *Avante!* Nº 258. 1ª Quinzena de julho de 1958. Nº 259. 2ª quinzena de julho. E Teresa FONSECA (Coord.), *A Memória das Mulheres ...*, depoimento de Amarflis Narcisa dos Santos Pereira, p. 1

(105) *Avante!* Nº 258. 2ª Quinzena de julho de 1958. E Nº 260, número especial de Julho. José Pacheco PEREIRA, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*. Vol. 3, p. 658-669.

A repressão, por mais violenta que fosse, não conseguia conter as inúmeras formas de resistência à ditadura. Em 1959, o Grémio dos Retalhistas de Mercearia do Sul era alertado pelo presidente da Câmara de Montemor para a inconveniência da atribuição de licenças a vendedores ambulantes

«não só pela concorrência desleal que fazem ao comércio (...) [mas] ainda porque alguns desses comerciantes são especialmente utilizados por pessoas desafetas à atual situação política para distribuírem, nos meios rurais que frequentam, propaganda subversiva»¹⁰⁶.

Em agosto de 1961, a Câmara montemorense recebia do Governo Civil a seguinte circular:

«Continua no distrito de Évora uma onda de credulidade pelas notícias difundidas pela Rádio Moscovo, respeitantes aos acontecimentos em Angola, quer nos operários quer nos rurais. Tem sido observado que até alguns pastores possuem rádios portáteis, que compram a prestações, para no campo ouvirem as emissões»¹⁰⁷.

A luta pela jornada de trabalho das 8 horas no campo, cuja preparação se iniciara em 1957¹⁰⁸, intensificou-se a partir deste ano de 1961. Até então, de meados de setembro a maio, trabalhava-se de sol a sol. Entre este mês e setembro o horário atingia as 12 a 13 horas. E em períodos de maior aperto, chegavam às 17 a 18 horas, com pequenos intervalos para as refeições¹⁰⁹.

Nos começos de 1962, o Partido Comunista considerou reunidas as condições para a concretização deste desígnio. Através das suas organizações e do jornal *O Camponês* (criado em 1947 para informar e mobilizar os trabalhadores agrícolas do Sul), exortou o operariado rural a iniciar, no dia 1º de Maio, o horário das 8 horas. O apelo recebeu «uma adesão maciça e determinante»¹¹⁰. Nos primeiros dias, o arranque mais forte ocorreu nas zonas de Alcácer do Sal, de Grândola e nas freguesias do Couço e Montargil (Ponte de Sor). A adesão

(106) AHMMN / CMN. A4 C134. *Correspondência Recebida. Confidenciais e outros. Ofício N.º 13761, de 12-8-1959.*

(107) *Ibidem*. Circular N.º 1-577, P.º P-10/6 de 12-8-1961.

(108) António GERVÁSIO, *O PCP e a resistência à ditadura fascista no concelho de Montemor-o-Novo*. Almansor. N.º 12. 1.ª Série. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal. 1994, p. 340. (331-350).

(109) Teresa FONSECA, Jorge FONSECA, *Fascismo e antifascismo ...*, p. 34.

(110) António GERVÁSIO, *O PCP e a resistência à ditadura fascista ...*, p. 341.

foi também significativa em Montemor-o-Novo, Vendas Novas, Évora, Viana do Alentejo e Portel. Nos dias seguintes alastrou a todo o Sul, apesar das ameaças, dos espancamentos e das prisões¹¹¹.

Esta importante conquista implicou muitos sacrifícios para os seus dinamizadores. Os feitores, devido à proximidade com os trabalhadores, eram incumbidos pelos lavradores e pelas autoridades de denunciar os líderes das conversas e das ações reivindicativas. E as represálias não se fizeram esperar. Nas imediações de Montemor foram presos 12 comunistas, além de outros em Vendas Novas. E muitos trabalhadores deixaram de ter trabalho, sendo forçados a buscar a sobrevivência longe da terra e da família¹¹².

O ano de 1962 representou o culminar da crise política desencadeada pela candidatura presidencial de Humberto Delgado. Na madrugada do seu primeiro dia ocorrera o assalto ao quartel de Beja, que embora fracassado causou um enorme impacto entre civis e militares. Em janeiro e março surgiram no Porto manifestações contra o regime. Entre este mês e o de junho eclodiu a crise académica em Coimbra, que rapidamente contagiou as academias de Lisboa e Porto. E em Lisboa e na Margem Sul ocorreram manifestações de rua e confrontos com a polícia¹¹³. Todos estes eventos, associados às lutas dos rurais pelas 8 horas de trabalho, tiveram como efeito a ocorrência do maior número de prisões do período compreendido entre 1945 e 1974, com 2.000 antifascistas detidos¹¹⁴.

O desencadear da guerra colonial fez engrossar as hostes da oposição com numerosos católicos progressistas e outros setores sociais até então sem atividade política. Neste contexto surgiria o Movimento Democrático Português, bastante ativo em Montemor a partir de 1964, através da organização de festas com música e intervenções de ativistas, frequentadas pela burguesia local e de terras vizinhas e por muitos jovens estudantes. Em algumas delas participou o cantor José Afonso. Os montemorenses fizeram-se representar no II Congresso Republicano de Aveiro (maio de 1969) e no III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro (abril de 1973) e constituíram comissões eleitorais para

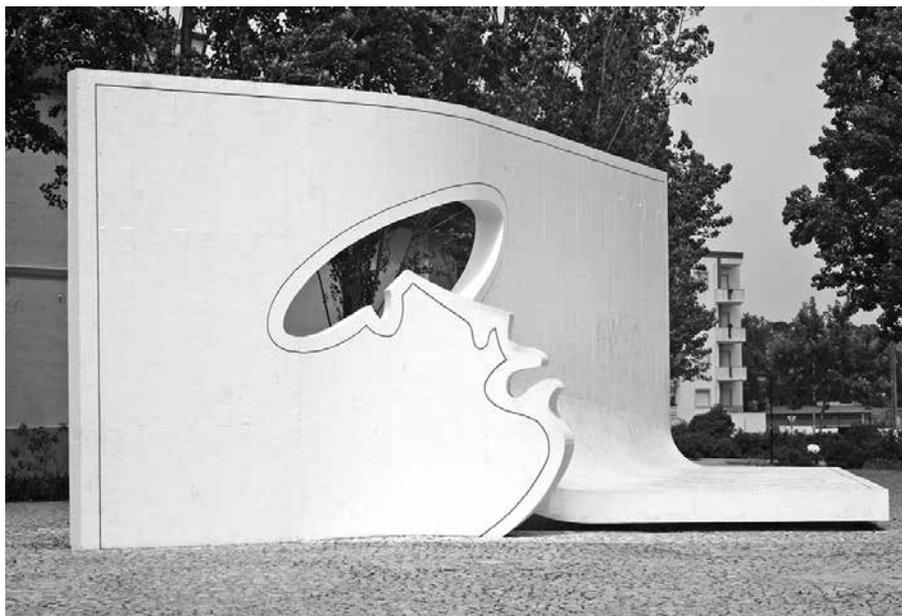
(111) *Ibidem*, p. 342.

(112) *Ibidem*, p. 343. Teresa FONSECA, *Custódio Gingão. Um percurso de cidadania*. Lisboa: Colibri, 2015, p. 39-40.

(113) Fernando ROSAS, *O Estado Novo (1926-1974)*, p. 523-539.

(114) Irene Flunser PIMENTEL, *A história da PIDE*, p. 418-419.

as eleições legislativas ocorridas nestes dois anos. Em 1969 houve na vila uma sessão de propaganda e em 1973 duas sessões, incluindo a de encerramento da campanha no distrito, quando em Évora ocorreu apenas uma¹¹⁵.



Monumento ao Resistente Antifascista Alentejano, erguido pelo núcleo de Montemor-o-Novo da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), inaugurado em Montemor-o-Novo a 1 de junho de 1996. “Foto do Arquivo do Gabinete de Documentação e Informação da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo”

Finalmente, em Abril de 1974, a Revolução devolveu aos Portugueses a plena cidadania há muito perdida. Os Montemorenses, que tanto contribuíram com a sua sofrida, corajosa e pertinaz resistência para o derrube da ditadura, não terminaram aqui a sua luta. Apenas lhe alteraram os objetivos, reorientando-a no sentido do aprofundamento da democracia e da consolidação da liberdade, do progresso e da justiça económica e social.

(115) Teresa FONSECA, Jorge FONSECA, *Fascismo e antifascismo ...*, p. 35. Teresa FONSECA (Coord.), *A Memória das Mulheres ...*, depoimento de Vitalina da Conceição Pavia Roque Sofio, p. 112-114.